

MAPEAMENTO DA REPRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL EM ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Coordenador: MIRIAN L.G.NEVES DA SILVA

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul Título do projeto de extensão: Mapeamento da representação da Universidade de Santa Cruz do Sul em espaços democráticos de participação comunitária e de controle social Acadêmica bolsista PROBEX: Renata Maieron Turcato Professora coordenadora: Mirian L.Giglio Neves da Silva RESUMO A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 193, que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem estar e a justiça social. Como em nenhuma outra Carta Constitucional ficou tão expressamente claro como nessa quais são os direitos sociais e as respectivas políticas públicas para o seu atendimento, que são enunciadas já no art. 6º. Os artigos dedicados a cada uma dessas políticas apontam as diretrizes para a sua efetivação. Algumas delas fazem referência aos princípios da descentralização político-administrativa e da participação popular em instâncias de controle social, como é o caso da Saúde, no art. 198, e da Assistência Social no art. 204. Outras, mesmo que não explicitem as diretrizes, espelham o princípio constitucional inequívoco que as rege, qual seja, o compromisso com a democracia, como sustentáculo da ordem social e dos direitos humanos. Em nenhum momento como agora, conceitos como os de cidadania, participação, liberdade de expressão, igualdade e justiça social ganham consistência e passam a integrar o arcabouço do marco legal nacional, com as legislações ordinárias geradas a partir das disposições constitucionais, que igualmente assimilam esses conceitos e detalham estratégias que os corporifiquem. Entre as estratégias democráticas postas no cenário brasileiro está a participação da população em espaços deliberativos, consultivos e representativos, para o exercício do controle social, da defesa da transparência e da fiscalização da coisa pública. Surgem, se fortalecem e proliferam os Conselhos, Fóruns, Comitês e outras instâncias colegiadas, tanto no âmbito nacional, como regional e municipal, integrados pelo poder público e pela sociedade civil através de suas representações. A Universidade de Santa Cruz do Sul, como uma instituição de ensino superior de expressão no município, região e no âmbito educacional brasileiro, vem contribuindo também para a construção de uma sociedade democrática, através de sua participação nesses espaços de construção das políticas públicas. Essa representação se dá por intermédio de membros do quadro de professores e funcionários, a quem essa representação é delegada. O

presente projeto de extensão surgiu com o objetivo de analisar de que maneira a Universidade de Santa Cruz do Sul vem participando da execução das políticas públicas através de sua representação nos espaços de participação e de controle social presentes na comunidade local e regional. Para poder alcançar esse objetivo, vem se valendo da aproximação com elementos de ensino e pesquisa. Do ensino, com a apropriação do referencial teórico das disciplinas de políticas sociais setoriais ministradas no curso de Serviço Social, e da pesquisa, mediante a realização de levantamento e análise documental que possibilitam o mapeamento desses espaços e das representações. O resultado desse mapeamento, após devolução e discussão junto ao Fórum de representantes comunitários da UNISC, constituirá material para a realização de uma qualificação desses representantes nos aspectos pertinentes à representação institucional. Na primeira etapa já desenvolvida do projeto, realizou-se um mapeamento da representação exercida pela Universidade de Santa Cruz do Sul nos diferentes espaços de participação comunitária e/ou controle social, uma vez que se constatou que em alguns casos as informações sobre esses espaços e mesmo sobre as representações se encontravam esparsas, de caráter informal, sem um monitoramento necessário para estas atuações. O mapeamento teve início com um levantamento das principais informações acerca dos espaços democráticos que se encontravam arquivadas junto à Reitoria; procedeu-se ao levantamento das indicações devidamente formalizadas e posteriormente contatos e entrevistas com os representantes. Chegou-se ao universo de setenta e quatro espaços em que há uma presença ativa da Universidade feita por intermédio de seus representantes. Constatou-se que a maioria desses espaços consiste em Conselhos de políticas sociais, sendo a maior parte deles de abrangência municipal. A par das informações obtidas, juntamente com uma intensa pesquisa bibliográfica para dar sustentação ao desenvolvimento de conceitos como controle social e representação, encontra-se em fase de elaboração um programa de capacitação direcionado aos representantes da instituição em atuação. Tal capacitação se justifica pelo fato de que a ocupação dos espaços democráticos de participação exige das organizações que neles se fazem representar, a explicitação de seu compromisso institucional para que suas funções sejam exercidas conforme as premissas legais das políticas sociais e institucionais da Universidade. Exige também que se estabeleça um fluxo constante de informações entre o representante e a Universidade, para que se assegure a legítima representação. Além disso, a qualificação objetiva que os representantes possam espelhar o posicionamento institucional nas questões de políticas públicas e que esse posicionamento venha a ser incorporado e repassado para a área do ensino e da pesquisa. Após a qualificação do público interno, ou seja, dos representantes da UNISC,

que compõem o Fórum de representação na comunidade, pretende-se estender a proposta pedagógica de qualificação para o público externo, a partir dos subsídios teórico-prático gerados nessa qualificação. O projeto também propõe-se a elaboração e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação constantes da representação exercida pela Universidade, após essa etapa de qualificação. Como legitimação do projeto, sua maior justificativa se assenta na aproximação dos acadêmicos com a prática da defesa dos princípios democráticos da participação, passível de serem fortalecidos mediante discussão coletiva e qualificação continuada, dentro da Universidade. Pode-se afirmar que o objetivo maior do projeto é contribuir para o fortalecimento dos espaços democráticos de participação, que vêm se construindo e consolidando a partir da Constituição Federal de 1988.